

O MUNDO RURAL BRASILEIRO: A GRANDE AUSÊNCIA NA CULTURA HISTÓRICA DO PÓS 1930.

DAMIÃO DE LIMA *

Embora pouco estudado na academia, o mundo rural brasileiro tem grande importância sob qualquer aspecto que o estudioso resolver analisar. Mesmo nesse início de século XXI, quando tudo parece estar “virtualizado”, o mundo rural brasileiro continua tendo grande relevância e influência na política, na economia, na cultura, na ideologia e, em qualquer espaço estudado, a importância do campo pode ser detectada no cenário local, regional, nacional ou internacional.

No entanto, quando nos debruçamos sobre a história do Brasil, especialmente no pós 1930, o que percebemos é uma grande lacuna sobre o mundo rural. Na verdade, temos pelo menos 25 anos, de 1930 a meados dos anos de 1950, de ausência de estudos sobre o campo e, após esse período, continuam escassos os trabalhos sobre a vida no campo.

Alguns estudos irão aparecer após o surgimento das ligas camponesas, mas de forma pontual. No final dos anos 1970 e início dos anos 80 teremos alguns estudos sobre o processo autoritário de modernização do campo, ocorrido sob a tutela dos governos militares¹. Assim, esses trabalhos seguem a mesma lógica dos trabalhos sobre as ligas camponesas, são pontuais e foram pouco discutidos.

A minha preocupação com essa temática se deu por vias distintas, a primeira no campo pessoal, sou de uma cidade do interior da Paraíba e não conseguia enxergar a minha vida e dos meus conterrâneos na história desse país. Durante um tempo, até achei isso normal, em se tratando da pouca importância da minha cidade no cenário nacional. Só que nos últimos anos, como Professor do departamento de História e lecionando em

* Professor de Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba

¹ Sobre essa temática ver : SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: Estrutura, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

curso regular de graduação em História, criado na UFPB, especialmente para militantes dos movimentos sociais no campo², essa preocupação voltou a me inquietar.

Quando fomos para a fase de elaboração das monografias, não encontrávamos material para abordarmos a vida no campo. Essa ausência de material passou a ser discutida de forma coletiva e percebemos que não existia ou era muito pouco contada a história do mundo rural brasileiro. E o mais interessante é que essa “ausência” de escritos era comum a todas as regiões do país.

Com essa constatação, partimos para elaborar um estudo sobre a temática e resolvemos fazer a nossa abordagem partindo do que é básico em curso de licenciatura, o estudo dos livros didáticos que são entregues, pelas escolas, aos alunos e professores.

Analisamos os 07 livros didáticos utilizados nas seis maiores escolas, (03 da rede pública e 03 da rede privada), da capital da Paraíba. Os livros analisados foram os seguintes:

TÍTULO DO LIVRO	AUTORES
História do Brasil (01)	Joana Neves e Elza Nadai
História Geral e do Brasil (02)	José Geraldo Vinci de Moraes
História: de olho no mundo do trabalho. (03)	Heródoto Barbeiro, Bruna Renata Cantele e Carlos Alberto Schneeberger
Brasil: História e Sociedade. (04)	Francisco M. P. Teixeira
Nova História Integrada (05)	João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Toda a História: <i>Historia Geral e Historia da Brasil.</i> (06)	José Jobson A. Arruda e Nelson Piletti
A Escrita da História. (07)	Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda

² A primeira turma do curso contou com a participação de 52 alunos oriundos dos vários movimentos sociais organizados do campo e vindos das mais diversas regiões do país.

Em síntese³, o resultado da nossa análise foi a seguinte:

No livro (01), de Joana Neves e Elza Nada, foi dedicado um capítulo para a Era Vargas: “A segunda República e o Estado Novo: a Era Vargas”. No entanto, percebe-se o papel destinado ao campo já na introdução do capítulo quando as autoras colocam a seguinte afirmativa: “*Em outras palavras, pode-se falar em superação de um Brasil arcaico para um Brasil moderno*” (p.320).

Preocupadas numa maior descrição da configuração política que se formou entre 1930 e 1937, elas ainda descrevem um pouco do panorama cultural da época, ao citar o regionalismo e o movimento modernista que teve início na década de 1920. É apenas neste momento que se faz referência ao camponês, aparecendo em uma imagem do famoso Jeca Tatu “*um homem do campo que era preguiçoso devido aos vermes*” (p.323). Ainda nesta página, ao tratar das inovações culturais como o cinema, as autoras, Nadai e Neves, afirmam: “*Todas essas modificações atingiam apenas as cidades, pois o campo ainda estava mergulhado em outras épocas*”. “(p.323).

Ao tratar das questões econômicas, as autoras admitem que “a revolução de 30 representou, no plano econômico, um marco fundamental na transição da economia agrário-exportadora, que tinha no mercado externo seu pólo dinâmico, para uma economia de base industrial, que tinha perspectiva de subsistir em função do seu mercado interno” (p.331). É neste momento que as autoras fazem referência ao campo, mas não ao camponês, quando citam algumas atividades como o café e a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Para elas, a interferência do Estado na economia rural era uma diretriz econômica do governo Vargas.

No Livro (02), o autor é mais sintético, para ele, o governo Vargas colocou o país em um processo de modernização conservadora, organizada pelo Estado. Mesmo estando o trabalhador urbano nesse período ainda em formação, José Geraldo Vinci de Moraes dá muita ênfase aos grupos dos trabalhadores urbanos como um dos principais

³ O resultado completo dessa pesquisa pode ser encontrado no Relatório PROLICEN/UFPB/2010, intitulado: **Ensino de História e o lugar do Brasil no livro didático.**

sujeitos históricos do período. Quando se refere ao campo, limita-se a citar o café e as oligarquias rurais como importantes no cenário do período.

No livro (03) Apesar do subtítulo do livro ser “de olho no mundo do trabalho”, o camponês é absolutamente esquecido, não sendo citado sequer uma vez. Na verdade, a única referência ao campo feita pelos autores situa-se no tópico em que discutem a “obra administrativa do Estado Novo”. Nesta parte do capítulo, os autores falam das preocupações de Vargas com a Consolidação das Leis do Trabalho e com a industrialização do país. O mundo do campo é citado, através do café. Inclusive, os autores apresentam um gráfico com os produtos de exportação do Brasil⁴, dentre os quais o café é o mais importante. No plano da intervenção estatal os autores citam, também, a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), o Instituto do Mate e o Instituto do Pinho como mecanismos de fortalecimento da produção agrícola. Sobre o campo, nada mais foi escrito pelos autores.

No livro (04) o autor, Francisco Teixeira, não aborda o camponês. Esse é um livro bastante limitado no que tange ao conteúdo, abordando tudo de maneira muito superficial. As referências ao mundo rural estão relacionadas à produção cafeeira e ao Instituto do Açúcar e Alcool. A industrialização e os trabalhadores urbanos, organizados em sindicatos são os focos de análise do autor, quando aborda o período pós 1930.

No livro (05) os autores, João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, dedicam apenas dois parágrafos para a economia brasileira do período, quando afirmam que: “*Até 1930, a economia brasileira definia-se como agroexportadora, fornecedora de matérias-primas e importadora de manufaturados*” (p.473). Além disso, a única referência ao mundo do campo encontra-se em um quadro dedicado ao cangaço, definindo tal movimento, pelos autores, como “banditismo social”.

No Livro (06) os autores, José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti apresentam o poder das oligarquias na primeira República e destacam a existência, até então, de um *país rural* e citam os principais produtos do país, em geral de origem agrícola.

⁴ Todos eles agrícolas

No pós 1930, eles passam a dar destaque ao crescimento industrial do Brasil, reflexo, dentre outros motivos, segundo os autores, da Primeira Guerra Mundial e responsável pela criação de novas classes como o proletariado e a classe média. Percebe-se que o mundo rural é completamente esquecido e só irá aparecer na abordagem do Estado Novo, quando eles descrevem, de forma abreviada, a perda de importância do café e a tentativa do governo Vargas de diversificar a produção, com outros produtos, tais como a laranja, o mate e o abacaxi.

O livro (07), *A Escrita da História*, de Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda, trata-se de produção bastante recente, constando, inclusive, na lista de indicados pelo PNLEM do Ministério da Educação no triênio 2009-2011.

O livro apresenta formatação gráfica inovadora, mas sua abordagem, especialmente no que diz respeito aos conteúdos do Brasil pós-1930, e o mundo rural, é tão tradicional e limitado quanto às outras obras anteriormente analisadas e já expostas. A tendência de desconsideração de uma história do campo pós-1930 está presente, sobretudo pelas oposições entre o rural e o urbano e as dicotomias entre arcaico e moderno para caracterizar as relações entre dois “Brasis”, antes e depois de 1930.

Entretanto, os autores fazem rápida menção à manutenção das estruturas de exploração no campo para o período em questão, quando escrevem que: *“as alterações processadas no mundo do trabalho nas cidades, que não atingiram, igualmente, os camponeses”* (CAMPOS; MIRANDA, 2005, p. 489).

RAZÕES PARA A AUSÊNCIA

Após essa visível e ausência/negação da existência do campo nos livros didáticos, partimos para a segunda etapa de nossa pesquisa, que nos encontramos atualmente, que é tentar entender essa negação do mundo rural no pós 1930. Para alcançar tal desiderato, iniciamos nossa pesquisa nas origens do pensamento que passou a predominar no pós 1930 no Brasil.

É nossa pretensão analisar as três fontes ou correntes de pensamento que irão embasar o ideário da sociedade brasileira nesse período, a saber: o positivismo, o nacionalismo e o marxismo de base stalinista.

Estamos apenas iniciando essa segunda etapa e apresentaremos, a seguir, as nossas primeiras impressões sobre o estudo. O objetivo é entender a origem da exclusão do mundo rural na historiografia brasileira e o preconceito com o campo que se forma com essa nova cultura histórica.

Partimos do estudo de dois textos clássicos na formação do pensamento brasileiro no pós 1930, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior.

Sérgio Buarque de Holanda analisa a origem da sociedade brasileira e utiliza o termo “civilização de raízes rurais” para descrever o modelo de desenvolvimento implantado aqui pelos portugueses. (HOLANDA, 1995, p. 73). As cidades, até o fim do século XIX, segundo ele, apresentavam-se num plano secundário em relação ao campo. Para esse autor, essa configuração do campo brasileiro e a origem agrária foi responsável pela formação das grandes oligarquias rurais e do patriarcalismo. Estes dois elementos comporiam a parte mais nefasta da “herança rural” deixada ao Brasil, já que, por muito tempo, tais relações patriarcais e oligárquicas predominaram tanto no campo como nas cidades.

No final do século XIX, com as mudanças sócio-políticas e econômicas ocorridas, surge um “novo mundo” que irá se atritar com o “antigo”. Como mostra essa citação do autor:

“após a abolição, iniciou-se incipiente desenvolvimento das cidades, com “especuladores sem raízes rurais”, criando “dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato se opõe o corpóreo e o sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional e paroquial” (HOLANDA, 1995, p. 78).

Percebe-se na obra de Sérgio Buarque a sua posição cidadina quando vincula as raízes políticas do atraso a essa “herança” portuguesa que ainda predomina no campo. Bem

como, fica implícito o seu posicionamento nessa “guerra”, quando analisamos o que se opõe a que na citação acima.

A análise de Caio Prado Júnior, ao analisar o nosso passado rural, se assemelha muito a visão de Sergio Buarque. Para Caio “Prado, estaria no ‘sentido da colonização”, ou seja, na forma como se deu a nossa colonização, a explicação para o nosso atraso. A colonização e a tão decantada vocação agrícola-exportadora, escravocrata e latifundiária seria o principal entrave do nosso desenvolvimento.

Em síntese, percebe-se nesse autor a mesma posição cidadina de ver nas raízes rurais as bases para o atraso, que seria superado com a adoção de uma nova política vinculado ao urbano e ao industrial.

Dessa forma, vai se esclarecendo a visão negativa que se criou sobre o campo e que infelizmente vem predominando e até se aprofundando na atualidade.

Mas, uma dúvida continua pairando no ar, afinal Getúlio Vargas, o principal incentivador dessa política de valorização do urbano e do industrial tinha suas raízes no mundo rural, tratava-se de um estancieiro gaúcho. Um homem com ao menos um dos pés no mundo rural.

Para tentar entender essa dicotomia resolvemos voltar um pouco na história e entender as bases do pensamento político que embasou o caudilho gaúcho. E não podemos entender o pensamento varguista sem vincular o seu “aprendizado” político com o poder e a forma de agir de outro caudilho do sul, Julio Prates de Castilho⁵.

Baseado no ideário positivista do filósofo de Augusto Comte, Julio de Castilho, entre 1893/95 leva o Estado do Rio Grande do Sul à guerra civil objetivando a instalação de um modelo de República em que o poder fosse monocrático e exercido através da ditadura científica.

⁵ As repercussões das ações e principalmente do pensamento positivista de Castilhos irão influenciar vários governantes brasileiros, especialmente, os governos autoritários de Vargas 1930-1945 e dos Generais 1964-1984, pautando a maior atuação do Estado, para o bem e para o mal. Sobre a influência do pensamento castilhista durante o estado Novo e a Ditadura militar pós 1964 ver FREITAS, Décio. Op. Cit.

Mesmo tendo dominado a política no extremo sul do Brasil durante vários anos, Julio de Castilho não conseguiu alcançar a sua principal meta que era estender as suas idéias e seu governo centralizado e autoritário para todo o território nacional. No entanto, durante os anos em que esteve à frente da política no seu estado, ele influenciou uma geração de políticos que se destacaram no cenário nacional. Entre esses políticos, “nascidos” sob a sua influência, o de maior destaque foi, sem sombra de dúvida, Getúlio Dorneles Vargas.

Essa afirmativa está baseada em três motivos elementares. O primeiro é o fato de Getúlio Vargas ter alcançado o cargo máximo da nação, a Presidência da República. O segundo é por ter sido o político a ficar mais tempo no poder na história recente do Brasil e o terceiro motivo está relacionado ao fato de ter levado o ideário de Comte e a prática Castilhista a todo o Brasil.

O cenário de crise⁶ interna e externa dos anos 1920 e a ebulição política vivenciada pelo Brasil, decorrente do quadro de incertezas tanto no plano nacional como internacional, irá favorecer a mudança de governo em 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder⁷.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas se vê diante de situação extremamente complexa. O país passava por forte ebulição política cujo ápice foi o movimento que o alçou ao poder. Mal assume o poder e o governante tem que acomodar as novas forças que o apoiaram e desalojar forças que lá estavam há muito tempo. Vale salientar que as duas tarefas são difíceis, dado o clima de animosidade existente. Era preciso fortalecer algumas forças que lhes davam sustentação política, como era o caso dos tenentes, e enfraquecer outras forças que lhe fazia ferrenha oposição e entre essas forças oposicionistas estavam os cafeicultores paulistas que representavam a principal força motriz da economia brasileira.

⁶ O termo crise aqui utilizado é baseado no conceito de Argemiro J. Brum, no livro *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Para ele a crise atinge todos os setores da sociedade, da política a economia, da ideologia a moral e mesmo sendo um momento de instabilidade é extremamente fecundo. Pois, é nesses momentos que se abandonam as velhas alternativas e buscam-se novos paradigmas.

⁷ Sobre esse episódio que culminou com a chegada de Getúlio Vargas à direção do país ver: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

Nesse momento de indefinição no cenário mundial e de profunda crise, e, obviamente, de efervescência de idéias e esperanças no cenário nacional, Getúlio Vargas vai caminhar no sentido de unir duas vertentes de pensamento com as quais ele “flertava” desde a sua entrada na política: o nacionalismo e o positivismo.

Essas duas correntes de pensamento eram basilares na sua formação e, por feliz coincidência, eram também, a base do ideário do grupo político mais organizado naquele momento, no caso, os tenentes⁸.

O NOVO GOVERNO E O CAMPO

A questão do campo, antagonizado com a cidade, é posta desde o primeiro momento do Governo Castilho ao assumir o poder no Rio Grande do Sul. O positivista Comtiano não se conformava com o que ele considerava excesso de poder dos estancieiros da fronteira, símbolo maior das oligarquias agrárias sulistas. E, ao assumir o governo daquele estado, travou verdadeira cruzada com objetivo de diminuir o poder daquelas oligarquias, objetivando enquadrá-las no primeiro projeto positivista de governo que se tem notícia na história brasileira.

Castilhos tinha como meta a construção de um estado forte, eficiente e centralizado e para alcançar tal desiderato se fazia necessário, se não o controle das oligarquias agrárias do sul, ao menos a diminuição do poder daquela camada social e a submissão dela ao Estado. Essa pendenga entre as partes litigantes culminou na guerra civil de 1893/95, no extremo sul do país.

Mesmo vencedor, ao menos nesse primeiro momento, o ideário positivista de Castilhos não alcançou maior dimensão. No cenário nacional, durante a República Velha, ocorre o fortalecimento das oligarquias em todos os Estados da Federação, principalmente após a celebração do Convênio de Taubaté e da política que lhe daria sustentação e legitimidade nos Estados; a Política dos Governadores.

⁸ Sobre a origem e o ideário dos tenentes ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Os Militares e a Reação Republicana**: As origens do tenentismo. São Paulo: Petrópolis, 1993.

Com a derrocada da República Velha e a implantação da República Nova, estava posta agora, para Vargas e seus correligionários que assumiram o poder após a Revolução de 1930,⁹ a possibilidade de dar continuidade ao ideário Castilhistas e diminuir o poder das oligarquias agrárias, só que não apenas do sul, mas de todo o país.

Como vimos, o novo mandatário da nação, Getúlio Dorneles Vargas, assim como os seus seguidores mais próximos, defendia a implantação de um estado forte, centralizado, interventor e positivo. Além disso, combater o poder oligárquico era uma premissa do movimento de 1930.

Essa visão irá colocar o governo Vargas em rota de colisão com o eixo central das oligarquias da República Velha, os oligarcas paulistas. Teremos, então, no primeiro momento, a colocação em prática da política Castilhistas de enfrentamento das oligarquias e da tentativa de esvaziamento do poder destas oligarquias ao atingir de forma direta o setor mais forte e organizado dessa camada.

Assim teremos, nesse primeiro momento, uma vitória do pensamento positivista/castilhistas, e esse momento coincide, também, com o auge do poder e da influência dos tenentes junto a Vargas.¹⁰ No entanto, passado esse primeiro momento de euforia e, percebendo o peso político e econômico desse setor, o governo Vargas retrocede e resolve mudar a estratégia.

Já em 1933, o governo irá negociar com as oligarquias cafeeiras que foram “apeadas” do poder em 1930 e derrotadas militarmente em 1932. O sonho da grande nação e a percepção da importância dos setores dominantes, vinculados ao campo, predominou. Com isso, ao invés de estender o combate, Getúlio Vargas estende a mão.

O objetivo dele era diminuir o poder dessas camadas, colocando-as sob a tutela do Estado como foi feito com outros setores da sociedade, entre eles os novos industriais e classe operária. Assim a política do governo foi de estender a ação do estado ao campo.

⁹ Sobre esse movimento, suas vertentes explicativas e toda a discussão historiográfica que envolve os escritos a respeito ver: FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

¹⁰ Sobre o enfrentamento entre o Governo Vargas e as oligarquias paulistas ver: BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

É necessário chamar a atenção para o fato de que essa extensão/intervenção do estado no campo ficou restrita às classes dominantes que atuavam no campo. Nenhuma política estatal foi direcionada para os pequenos produtores, nem muito menos para os milhões de trabalhadores rurais que continuaram vivendo no e do campo, sem nenhuma proteção estatal.

A intervenção estatal no mundo rural tinha uma dimensão diferente da política implantada no mundo urbano. Para o campo o governo iniciou a política intervencionista realizando o reajustamento econômico e perdendo 50% das dívidas em vigor dos proprietários rurais contraídas antes de 1933. E ainda criou diversos órgãos de regulamentação e fomento da atividade produtiva tais como: o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Departamento de Produção Mineral e incentivou e organizou, com recursos públicos, a produção de mate, algodão, cacau e outros produtos primários.

Com essas medidas, os oligarcas que se submetessem à lógica do processo de modernização, pautado pelo Estado, estariam, automaticamente, protegidos. Já que não se podia alijar do processo político a influência das atrasadas forças oligárquicas, devido às condições políticas e econômicas do país, poder-se-ia, ao menos, colocá-las sob uma “camisa de força” econômica, obrigando-as a se submeter à nova lógica política ligada ao processo de modernização e urbanização em andamento.

Feitas as pazes entre governo e oligarquias, estas são trazidas, novamente, à fonte do poder. Dessa forma as velhas oligarquias retornam ao poder só que com uma diferença significativa. Elas estão no poder, mas, ao contrário do período da República Velha, elas não são o único poder. Na verdade, assim como sonhava Julio de Castilhos, o poder é exercido, em sua maior fatia, pelo Presidente, principalmente após o golpe de 1937.

O projeto de nação idealizado envolveu os setores vinculados ao processo de industrialização e urbanização, leiam-se setores ligados ao comércio, a indústria e ao setor de serviço, esse último são base das chamadas classes médias. Além desses setores citados, foram incluídos, também, os setores do operariado vinculados aos sindicatos e as camadas dominantes do campo. Com isso, o modelo de desenvolvimento nacional e

autônomo, proposto por Vargas,¹¹ tutelou e colocou sob o domínio e a dependência da ação estatal quase todas as camadas sociais.

A grande questão está no quase todas as camadas sociais acima, bem como, na estratégia utilizada para divulgar político e ideologicamente as benesses do projeto de industrialização que começa a ser forjado.

Como foi exposto, no início desse escrito, esse é um trabalho em fase ainda embrionária e algumas questões continuam sendo investigadas, tais como: 1) O papel do ideário nacionalista na cultura histórica urbana e industrial predominante no pós 1930; 2) As razões que levaram os marxistas/stalinistas a contribuírem com essa cultura histórica excludente em relação ao campo; 3) O impacto dessa cultura histórica na auto estima das pessoas que continuaram e continuam vivendo do e no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: Historia Geral e Historia da Brasil**. 12ed. São Paulo: Ática, 2004.

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **História: de olho no mundo do trabalho**. São Paulo: Scipione, 2004.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998.

CAMPOS, F.; MIRANDA, Renan Garcia. **A Escrita da História**. Ensino Médio. Volume único. 1ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1985.

FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Nova História Integrada**. São Paulo: Cia da Escola 2005.

FREITAS, Décio. **O Homem que inventou a ditadura no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

¹¹ Uma análise interessante sobre esse modelo de desenvolvimento é feita por BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998. Nesse trabalho, o autor caracteriza o modelo de desenvolvimento que, segundo ele, iniciou-se em 1930 e perdurou até 1964, em um capítulo específico o autor retrata o que ele chama de Tentativa de Modelo de Desenvolvimento Nacional e Autônomo.

- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Os Militares e a Reação Republicana: As origens do tenentismo**. São Paulo: Petrópolis, 1993.
- ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (orgs). **A Escrita da História Escolar: Memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil: História e Sociedade**. São Paulo: Ática, 2008.